

Quitandeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações

Quitandeiras and maids in Desterro of 19th century (1835-1870): worlds of labor and their representations

Maria Luiza Péres¹

Resumo: O presente estudo se concentra na análise de jornais e Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente da Província de Santa Catarina entre os anos de 1835 e 1870. A partir dessas fontes, busca-se refletir a respeito das representações construídas pela elite de Desterro sobre o trabalho de mulheres escravizadas, assim como esmiuçar as micro-resistências encabeçadas por mulheres negras diante dos processos de modernização da cidade e normatização de suas condutas.

Palavras-chave: Quitandeiras; domésticas; Desterro; Mundos do Trabalho.

Abstract: This paper focuses on the analysis of newspapers and correspondences of the City Council of Desterro to the President of the Province of Santa Catarina between the years 1835 and 1870. From this, seeks to reflect on the representations built by the Desterro elite about the work of enslaved women, as well as scrutinize the resistance led by black women in the face of the city's modernization processes and the normalization of their conduct.

Keywords: *Quitandeiras*; Maids; Desterro; Worlds of Labor.

Neste artigo, pretendemos refletir acerca das representações construídas sobre o trabalho feminino e negro na Desterro imperial. Nosso objetivo é entender, por um lado, como a elite da cidade enxergava o trabalho de escravizadas e, por outro, que mecanismos essas mulheres criaram para resistir às normas, impostas pelo poder público, que buscavam regular seus trabalhos e restringir sua circulação na cidade.

Para isso, analisaremos anúncios de dois importantes jornais da capital: *A Regeneração*, que circulou entre 1860 e 1889, e *O Argos*, publicado entre 1850 e 1869. Nesse período, a seção Avisos Diversos, presente em ambos os periódicos, comportava anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados. A partir da leitura desses documentos, argumentamos que os jornais veiculavam representações sociais e valores culturais da sociedade escravocrata desterreense e, por isso, são fontes fundamentais para o estudo aqui proposto. Apontamos também que, no caso

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maria.luizaperes@hotmail.com

do trabalho escravo feminino, essas caracterizações versavam a respeito de uma trabalhadora ideal – sadia, honesta e fiel –, frequentemente evocada por vendedores e compradores.

Outras fontes importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa foram as Correspondências da Câmara Municipal ao Presidente de Província de Santa Catarina, conjunto que se refere a ofícios e cartas redigidas com o propósito de manter a comunicação entre diferentes instâncias do poder imperial. Para esse artigo, selecionamos correspondências produzidas entre 1843 e 1853, período em que é possível observar um intenso debate acerca do trabalho e da presença negra na cidade, sobretudo no Mercado Público que, na época, começava a ser construído.

Para a análise desses documentos, os conceitos de representação e cotidiano² foram fundamentais. O primeiro, desenvolvido por Roger Chartier, refere-se às construções sociais da realidade. Segundo o autor, são nelas que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo, levando em conta seus interesses ou do seu grupo. Dessa forma, na medida em que as representações são as matrizes dos discursos e práticas de um determinado grupo, elas são excelentes instrumentos teórico-metodológicos para analisar a criação de discursos sobre o Outro – em nosso caso, as mulheres escravizadas. Neste artigo, estamos especialmente interessados na forma como essas representações – em geral, negativas – impactaram o cotidiano das escravizadas e como, a partir disso, elas criaram estratégias cotidianas de resistência.

Argumentamos, por fim, que essas representações não circularam somente entre as elites, mas que influenciaram a legislação municipal e imperial. A partir de 1830, houve um esforço de normatização do trabalho e das condutas de pessoas negras e pobres, de modo a expulsá-las do espaço urbano. Se o objetivo final não foi alcançado, foi porque a população negra resistiu e criou estratégias para burlar essas medidas, como demonstraremos a seguir.

Mundos do trabalho: quitandeiras e criadas na dinâmica cidadina

Por anos, prevaleceu uma historiografia da escravidão que afirmava que o trabalho escravo foi usado de forma excepcional em Santa Catarina. Somente nos anos 1980 e 1990, com a advento de novas fontes e metodologias, pesquisas demonstraram a importância da

² Com base nas seguintes obras: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, 244 p; CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, 350p.

escravidão para a economia da província, assim como inseriram os portos catarinenses nos circuitos atlânticos. Com base nesses trabalhos, torna-se possível enxergar Nossa Senhora do Desterro, capital da província e objeto de nosso estudo, como ponto dinâmico de produção e escoamento de produtos, ao menos a partir de 1808, quando a Corte chega ao Rio de Janeiro.

Nesse contexto, Santa Catarina possuía uma produção agrícola significativa, cujo excedente era destinado à exportação e ao abastecimento do mercado externo. Ao mesmo tempo em que os navios levavam mercadorias para o além-mar, chegavam, do porto do Rio de Janeiro, africanos escravizados que, pouco a pouco, eram transportados para pequenas e médias propriedades de toda a província³. Além disso, da Europa, chegavam viajantes e produtos europeus que, em breve, seriam integrados à elite desterrense.

Diante de tamanha circulação de produtos e pessoas, era estratégico distribuir o comércio da cidade pelos arredores do porto. Ao seu redor, estavam não apenas as principais casas de comércio, mas também um grande número de ambulantes, como as quitadeiras e pombeiros. Dessa dinamização do comércio, surgiu também uma classe urbana, composta por negociantes e membros do poder público, que passou a integrar a elite da cidade.

Além disso, a escravidão, sobretudo a urbana, foi diretamente afetada pela inserção de Desterro no circuito comercial atlântico. Outro ponto de tensão na historiografia, essa modalidade de escravidão foi vista, até meados dos anos 1980, como menos violenta. Hoje, pelo contrário, as pesquisas demonstram que a escravidão urbana criou uma espécie de cativo urbano, onde o Estado assumia o controle e o exercício da violência⁴. Dessa forma, a escravidão urbana tinha particularidades quando comparada à rural. Entre elas, uma maior circulação pela cidade e a possibilidade de estabelecer vínculos de afetividade e contato com grupos sociais mais amplos, para além dos limites das senzalas e fazendas.

Mas a escravidão urbana não era uma modalidade homogênea. Ela se desenvolveu em diferentes formatos, como o ganho e o aluguel. No primeiro caso, o escravizado, que poderia exercer diferentes ofícios, pagava um jornal – uma espécie de salário – ao seu senhor, com quem poderia ou não morar. Essa relação variava conforme o acordo estabelecido e as condições materiais do senhor, mas o trabalho no ganho abriu uma janela de possibilidades para os escravizados que, em alguns casos, chegaram a acumular pecúlio suficiente para comprar suas alforrias. Já no segundo caso, o senhor de escravos determinava que um ou mais

³ MAMIGONIAN, Beatriz G., 2014, p. 565-596.

⁴ SANTOS, Ynaê Lopes dos. 2016, p. 512.

escravizados trabalhassem, por um tempo previamente acordado, para um segundo senhor. Essas negociações, frequentemente, ocorriam por meio dos jornais, onde eram anunciados quais escravizados estavam disponíveis para aluguel⁵.

Apesar de pouco lembradas pela historiografia, entre os escravizados de ganho e de aluguel, existiam mulheres. Elas atuaram em diversos ofícios, em geral, bastante lucrativos para seus senhores. Neste artigo, exploraremos a atuação de quitandeiras e criadas, duas ocupações comuns para escravizadas na Desterro imperial.

Entre jornais e legislações municipais: representações do trabalho feminino

Uma leitura acurada dos jornais produzidos em Desterro nos permite historicizar o cotidiano de trabalho das quitandeiras e criadas, assim como esmiuçar algumas das representações sobre mulheres escravizadas que exerciam essas funções. Para isso, como já mencionado, serão analisados os periódicos *A Regeneração* e *O Argos* no período entre 1835 e 1865. A escolha do recorte temporal tem por objetivo recuperar as discussões sobre a modernização da cidade, iniciadas na década de 1830, e a consolidação de uma elite, de herança escravocrata, situada nos anos de 1850⁶.

As quitandeiras atuavam em mercados e feiras ao ar livre, e vendiam gêneros alimentícios, como frutas, peixes e comidas preparadas. Poderiam atuar de forma ambulante, com cestas sobre as cabeças, ou com pequenas quitandas fixadas em calçadas e praças. Assumiam o ofício de quitandeiras tanto escravizadas quanto libertas, mas havia uma maioria banto e iorubá. Essa predominância pode ser explicada por uma tradição africana antiga que cruzou o Atlântico junto com os navios negreiros e se dispersou pelo Brasil: segundo Selma Pantoja⁷, na África centro-ocidental, de onde vinham os bantos e iorubás, a venda de mercadorias de consumo rápido por mulheres era comum.

Embora desempenhassem um papel significativo para o funcionamento das cidades, as quitandeiras não contavam com a simpatia dos legisladores municipais. Prova disso é o modo como o redator critica uma sessão da Assembleia Provincial no jornal *A Regeneração*, em

⁵ Para mais elementos, ver também: SANTOS, Ynaê Lopes dos. Tornar-se corte: trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro (1808-1815). *História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013, p. 262-292; SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*. Salvador, v. 17, 1996.

⁶ PEDRO, 1994.

⁷ apud SILVA, 2004, p. 102.

1882⁸. Ele afirma que as palavras infâmias ditas pelos políticos só poderiam ser comparadas às das quitadeiras da praça do Mercado. Esse comentário não é um caso isolado, mas uma representação praticamente universal das quitadeiras durante o período imperial: elas seriam mulheres imorais, escandalosas e inconvenientes.

Suas quitandas e quitutes também eram vistos com maus olhos. Em tempos de modernização e higienismo, os legisladores do município recorrentemente buscavam controlar a atuação das quitadeiras. Exemplo disso são as discussões⁹ acaloradas sobre a construção de um Mercado Público e a transferência das barraquinhas da praça da Matriz para os arredores do Forte de Santa Bárbara, local mais distante do porto e, conseqüentemente, do centro da cidade. O objetivo era tornar o espaço central de Desterro, por onde chegavam os visitantes, mais ordenado, civilizado e bonito¹⁰.

A mudança, é claro, não vingou. Em 1851, foi inaugurado o novo Mercado, localizado próximo ao porto e à Igreja Matriz. Além disso, o espaço continuou a contar com a presença das quitadeiras e de suas barraquinhas, o que é um indício de resistência dessas mulheres, cujas vendas e subsistência dependiam da circulação intensa de pessoas, e daqueles que se beneficiavam de seus trabalhos, como seus senhores, os comerciantes locais e sua clientela¹¹.

Embora tenham ganhado essa batalha, as quitadeiras não escaparam dos impostos e regulamentos da Câmara Municipal, presentes nos ofícios de 1846 e 1850¹². Outrossim, a nova legislação limitava a circulação e o ajuntamento de escravizados no entorno das feiras e Mercados. Quando analisadas a contrapelo, essas medidas mostram que os escravizados criaram redes de sociabilidade e que as quitandas, feiras e Mercados foram espaços fundamentais para o desenvolvimento de laços de afeto e amizade¹³. Já a necessidade de

⁸ **A Regeneração**, 13/10/1882, p. 3.

⁹ Para saber mais: POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 46, 2012.

¹⁰ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. 1999, p. 179-188.

¹¹ O apoio da clientela pode ser observado em **O Novo Iris**, 30/08/1850, p. 3-4. Para saber mais sobre as relações de dependência entre senhores e escravizados de ganho, veja: SBRAVATI, Daniela Fernandes. **Senhoras de incerta condição**: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

¹² OFÍCIO da Câmara para a Presidência da Província, 24/07/1850, **Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta Cidade** (1848-1853), N° 109 (144 B.C), p. 115. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província**. Regulamento para o uso da Praça de Mercado. Anexo ao Ofício de 21/12/1850, Fls. 120-126.

¹³ A preocupação com o ajuntamento de escravizados era motivo de ofícios direcionados ao poder público, ver mais em: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Registro de Correspondência, n° 94

reafirmar as normas de conduta em distintos momentos ao longo da década, como os ofícios de 1846 e 1850 mostram, leva-nos a crer que homens e mulheres negras empreenderam ações de resistência diante do poder público, buscando criar espaços de reunião apesar das leis que coíbiavam essas práticas.

Logo, a partir das fontes, é possível observar uma maior autonomia espacial e, por vezes, social na escravidão urbana, o que não significava, contudo, uma menor rigidez ou controle sobre seu trabalho. As escravizadas precisaram conviver não somente com as hostilidades de seus senhores, mas também com as do poder público, cujos legisladores buscavam, com bastante frequência, restringir sua circulação pela cidade. Mesmo quando livres, essas mulheres lidaram com a ameaça constante de serem expulsas de seus locais de trabalho, como o caso do Mercado Público denota. Ainda assim, essa ofensiva do poder público não foi uma via de mão única, visto que as trabalhadoras negras se mobilizaram e resistiram às mudanças que poderiam afetar seu cotidiano.

Mulheres escravizadas, porém, não trabalhavam apenas nas ruas de Desterro. Pelo contrário, um grande número delas exercia serviços porta a dentro¹⁴, como os ligados à cozinha e à limpeza da casa. A notar pelo número de anúncios e vagas de emprego que circulavam nos jornais, esse era um ofício que movimentava bastante o mercado de escravizados da cidade.

Exigia-se dessas escravizadas o serviço de toda uma casa, como cozinhar, lavar e engomar. Também era comum que, além das atividades domésticas, essas mulheres fossem responsáveis por fazer compras ou acompanhar suas senhoras em passeios pela cidade. Por isso, como características morais e físicas, exige-se a boa conduta, saúde e a não existência de vícios¹⁵. Além disso, havia certa preferência por escravizadas jovens, entre 15 e 25 anos.

Quando eram anunciadas amas de leite, uma categoria especial dentre os serviços de porta a dentro, o aspecto nutricional e a idade das escravizadas eram frisados¹⁶. Vale lembrar que, nesse contexto, era comum que os filhos recém-nascidos dos senhores fossem alimentados

(128 B.C). Ofícios da Câmara Municipal, 1843-1845. **Ofício da Câmara para o Presidente da Província**, 6 de setembro de 1843, fl. 20 v.

¹⁴ Designação dada aos serviços domésticos. Ver SILVA, 2004.

¹⁵ Um exemplo é **A Regeneração**, 11/06/1871, p. 3. Pode ser uma referência às denúncias, bastante recorrentes no período, de embriaguez entre os escravizados e libertos. Ver mais em: FREITAS, 2006.

¹⁶ **A Regeneração**, 02/09/1877, p. 3.

por jovens escravizadas, o que explica porque os anúncios de aluguel ou compra de amas de leite era tão comuns¹⁷.

Observa-se, então, que por trás da repetição das qualidades anunciadas e procuradas, transparecem elementos caros ao universo sociocultural da classe senhorial. Honestidade e saúde, por exemplo, combinavam dois elementos caros à elite nessa época: a moralidade e a higiene. No século XX, caracterizações como essa se tornarão ainda mais comuns, dado o higienismo eugênico que se dispersará do Rio Janeiro em direção a outras cidades do Brasil.

Ainda que especialmente selecionadas e vigiadas dada a proximidade com seus senhores, as criadas também encontravam brechas para um agir de forma independente. Exemplo disso é o caso da escravizada Luiza. Em 1869¹⁸, sua senhora, D. Maria Joaquina de Vasconcellos Coimbra, anunciou que não se responsabilizava por nenhuma dívida contraída por Luiza. Podemos supor que a escravizada era responsável por fazer as compras de sua proprietária e, aos poucos, aprendeu a usar essa credibilidade na praça para comprar produtos para ela mesma, beneficiando-se da confiança que detinha junto a D. Maria Joaquina.

Outra informação valiosa está no Regulamento da Praça de Mercado¹⁹ de 1850, expedido pela Câmara Municipal. Nesse documento, há um artigo que limita o tempo de permanência de escravizados nas barracas de compras, sob pena de prisão. Tal medida revela que os escravizados usavam o momento de compras ou do serviço no ganho para passear pela cidade e conversar com transeuntes, estabelecendo redes de camaradagem e amizade. Em casos como esse, a ameaça de prisão é justificável, segundo as autoridades, por se tratar de uma derivação do crime de vadiagem. Vale lembrar que, de acordo com o Código Penal de 1830²⁰, vadios eram aqueles que não tinham ocupação útil. Por isso, eram considerados inimigos do trabalho honesto e perturbadores da ordem social. Como crime tipificado, a vadiagem detinha pena de prisão, com a aplicação de trabalhos forçados, por até 28 dias. Fica nítido, então, que o objetivo não era somente punir os sujeitos, mas inculcar neles a cultura do trabalho, tão cara à sociedade brasileira dos séculos XIX e XX.

¹⁷ González tem um interessante artigo sobre a permanência da figura da “mãe preta” na sociedade brasileira. Ver: GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro, 1984, p. 223-244.

¹⁸ **A Regeneração**, 14/02/1869, p. 4.

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 21/12/1850.

²⁰ Ver artigo n. 295 do Código Penal de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 19 de out. de 2022.

Para além da ideia de vadiagem, esse era um contexto em que a grande presença da população de cor, tanto escrava quanto liberta, nas cidades assustava as autoridades. Sobretudo após a Revolta dos Malês, em 1835, a escravidão e a construção de sociabilidade entre escravizados passaram a ser lidas pela ótica de seu potencial explosivo²¹. Para conter a ameaça, as autoridades buscaram, durante toda a segunda metade do século XIX, restringir a liberdade e a circulação de escravizados em horas e lugares impróprios. Além disso, a emissão de licenças municipais para o trabalho africano e taxas de matrículas para escravizados cresceram exponencialmente no século XIX, o que revela uma preocupação com o controle do número de escravizados e de suas atividades. Ao mesmo tempo, com forte tom punitivista, os jornais²² anunciavam multas, recolhimento e prisão de escravizados e libertos cujos documentos continham irregularidades.

A partir dos casos estudados, fica claro que as legislações municipal e imperial, frequentemente, buscaram normatizar o trabalho de libertos e escravizados. Ainda assim, as mulheres negras, fossem elas quitadeiras ou domésticas, criaram oportunidades para escapar da vigilância e conquistar certa liberdade no espaço das cidades. Algumas, como a escravizada Luiza, usavam o nome de sua senhora para ganhar credibilidade com os lojistas. Outras, como as regras do Mercado Público sugerem, usavam o tempo destinado às compras para conversar com amigos e comerciantes. Existiam também as quitadeiras africanas que, para vender seus produtos, cantavam e gritavam pela cidade, ainda que atraíssem as críticas da elite desterrense. Tais condutas demonstram que o trabalho e a cidade foram espaços em que as escravizadas, usando de sua relativa liberdade, protagonizaram ações de resistência diante poder público e senhorial.

Considerações finais

Como vimos, a normatização do trabalho de escravizadas coincide com o período de formação de uma elite de moldes burgueses em Desterro. O desenvolvimento dessa classe é resultado de uma conjuntura ampla, em que a presença da Corte trouxe maior dinamicidade para o comércio de gêneros alimentícios, assim como houve um momento de prosperidade nos mercados e preços de exportação, beneficiando Desterro. Além disso, nesse contexto,

²¹ SILVA, 2004, p. 128.

²² Um exemplo é o anúncio da prisão de Eva, escravizada de J. Marciano de Sá, que havia fugido. Ver *O Argos*, 02/11/1861, p. 3.

desenvolvia-se um processo de higienização eugênica da cidade, marcado pela necessidade de ordenar e limpar os espaços públicos, o que, frequentemente, significa expulsar pobres e negros das malhas urbanas.

Aproveitando-nos dessa conjuntura, estudamos as representações do trabalho feminino de mulheres escravizadas. Em anúncios de jornais e transcrições das legislações municipais, é possível enxergar a construção de um modelo ideal de mulher trabalhadora. As escravizadas dedicadas ao serviço doméstico precisavam ser prenyadas, higiênicas, sadias e fiéis. Por outro lado, as quitadeiras, fossem elas escravizadas ou libertas, precisavam lidar com o estereótipo de africana escandalosa e imoral que circulava nas páginas dos jornais.

Ao mesmo tempo, demonstramos que, apesar de um esforço do poder público no sentido de modernizar e embelezar a cidade, escravizados e libertos insistiram em frequentá-la e lhe dar significados próprios. Esses grupos subalternos não entendiam o espaço urbano apenas como local de trabalho, mas também como espaço propício para a formação de redes de sociabilidade e ao exercício de certa autonomia. Nesse sentido, fizeram uma leitura própria das cidades imperiais e, com a territorialização de suas experiências, somos capazes de enxergar suas práticas cotidianas e escrever uma nova história de Florianópolis, levando em conta as experiências e agências negras que se desenrolaram em seu território.

Além disso, argumento que é impossível escrever essa história sem considerar as intersecções entre gênero, raça e classe. As mulheres negras, fossem elas escravizadas ou libertas, estiveram presentes nos espaços urbanos e seus trabalhos impactaram diretamente a dinâmica das cidades e o cotidiano de seus moradores. Ainda assim, pouco estudamos as mulheres trabalhadoras, sobretudo as negras, e, menos ainda, o modo como as representações elitistas de seus corpos permanecem no nosso cotidiano. Esse artigo é um convite para que pesquisas como essas sejam feitas e publicadas.

Referências

Primárias:

A **Regeneração**, 13 de outubro de 1882, n. 80, p. 3.

Anúncios. A **Regeneração**, 02 de setembro de 1877, n. 900, p. 3.

Atenção. A **Regeneração**, 14 de fevereiro de 1869, n. 46, p. 4.

CONCEIÇÃO, Jorge. Anúncios. **A Regeneração**, 11 de junho de 1871, n. 283, p. 3.

Repartição da polícia. **O Argos**, 02 de novembro de 1861, n. 827, p. 3.

Repartição da polícia. **O Argos**, 02 de novembro de 1861, n. 827, p. 3.

O CHRISTÃO FIRME. Correspondências ao Editor. **O Novo Iris**, 30 de agosto de 1850, n. 49, p. 3-4.

OFÍCIO da Câmara para a Presidência da Província, 24/07/1850, **Registro da Correspondência da Câmara Municipal desta Cidade** (1848-1853), N° 109 (144 B.C), p. 115. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Ofícios da Câmara Municipal ao Presidente da Província**. Regulamento para o uso da Praça de Mercado. Anexo ao Ofício de 21/12/1850, Fls. 120-126.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Registro de Correspondência, n° 94 (128 B.C). Ofícios da Câmara Municipal, 1843-1845. **Ofício da Câmara para o Presidente da Província**, 6 de setembro de 1843, fl. 20 v.

Secundárias:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, 350p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, 244 p.

COWLING, Camillia. Esclarecidas mães de família ou criadas prendadas? A elite imagina os sentidos da liberdade. In _____. **Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão**. Campinas: EdUNICAMP, 2018, p. 261-295.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 9, 2000.

FREITAS, Fernanda Vieira de. As negras quitadeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. **Tempos Históricos**. v. 20, 2016.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos E. Líbano. “Dizem as quitadeiras”: ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista, Rio de Janeiro, século XIX. **Revista da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2002.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**. Araranguá, vol. 7, n.1, p. 3-17, 2015.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2005.

LIMA, Henrique Espada . Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**. Campinas, v. 14, p. 133-175, 2009.

LIMA, Henrique Espada, A família de Maria do Espírito Santo e Luís de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX. In _____. XAVIER, Regina C. (org). **Escravidão e Liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, p. 383-414.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comunidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. **Geosul**. Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 179-188, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In _____. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos et al. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EdUFES, 2014, p. 565-596.

PEDRO, Maria Joana. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: EdUFSC, 1994.

POPINIGIS, Fabiane. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro (1840-1890). **Afro-Ásia**. Salvador, n. 46, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. Trabajo, libertad y esclavitud: estrategias y negociaciones en el sur de Brasil, siglo XIX. **Trashumante**. Medellín, n. 6, 2015, p. 146-168.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Dissertação (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 658 p, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Escravidão urbana como cenário? Um exame crítico sobre a historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro e Havana. **Landa**. Florianópolis, v. 5, n. 1, 2016, p. 500-531.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Tornar-se corte: trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro (1808-1815). **História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2013, p. 262-292.

SBRAVATI, Daniela Fernandes. **Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Maciel H. Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 299 p, 2004.

Quitadeiras e domésticas na Desterro do século XIX (1835-1870): os mundos do trabalho e suas representações – Maria Luiza Péres

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, v. 17, 1996.